Fraude no SUS- Operação ‘Asfixia’ leva cinco para a cadeia no Pará.

Foto: Divulgação (Polícia Federal)-Policiais federais apreenderam mais de R$ 1 milhão em cheques. Fraude em licitações do SUS ultrapassa os R$ 30 milhões

Cinco pessoas foram presas durante a operação ‘Asfixia’, deflagrada pela Polícia Federal de Marabá, nesta terça-feira (14), em quatro municípios paraenses para desarticular uma quadrilha que fraudava licitações públicas em Marabá e Parauapebas, no sudeste do Estado. As prisões aconteceram em Xinguara, Marabá e Imperatriz (MA). A PF ainda tem mandados de prisão para um empresário e um advogado da região.

Foram apreendidos R$ 1.4 milhão em cheques, 30 mil em espécie em diversas moedas estrangeiras, R$ 30 mil em joias, três aeronaves, quatro lanchas – sendo uma delas no valor de R$ 700 mil, sete carros de luxo e duas motos esportivas.

De acordo com o delegado da PF, Ricardo Viana, a apreensão do montante em cheques ajudou a configurar o crime de agiotagem – o empréstimo de dinheiro a juros superiores ao praticado pelos bancos oficiais. Os outros valores e os bens como carros e motos também ajudaram a polícia a reforçar a tese de fraude. ‘De fato aconteceram fraudes e houve desvio de dinheiro público’, disse Viana.

Os presos fazem parte de uma quadrilha formada por empresários e servidores públicos que fraudavam licitações em Marabá e Parauapebas. O grupo desviava recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para a compra de gaze. Em três anos a quadrilha desviou mais de R$ 30 milhões. Os suspeitos direcionavam as exigências do edital para favorecer só quem participava do esquema.

Depois que uma das empresas do esquema vencia a licitação, as ‘perdedoras’ eram subcontratadas pela vencedora para que todas estivessem dentro da fraude. Foram fraudadas cinco licitações, sendo duas em Parauapebas e três em Marabá. O esquema iniciou em 2013. Os suspeitos criaram empresas de fachada, incluindo registradas em nome de laranjas, para dificultar o rastreamento dos donos.

Os presos foram autuados por estelionato, associação criminosa, corrupção ativa e passiva, agiotagem, falsificação de documento público, falsidade ideológica e fraude em licitação. Em caso de condenação as penas ultrapassam 30 anos de prisão.

ORM

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br